

# Mídia e política: as concessões de canais de rádio e televisão na Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988)\*

*Media and politics: Radio and Television  
Concessions at the National Constituent  
Assembly (1987-1988)*

*Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão\*\**

## Abstract

This article presents the debate held in the Constitutional National Assembly (1987-1988) on the granting of radio and TV stations' concessions by the Ministry of Communication. The debate is focused on the present connections between media and politics in contemporary Brazil.

**Key-words;** concessions; radio and TV's stations; Ministry of Communications; Constitutional National Assembly

## Resumo

O presente artigo apresenta o debate travado na Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988) em torno da outorga das concessões de emissoras de rádio e televisão pelo Ministério das Comunicações, enfocando-o à luz das conexões existentes entre mídia e política no Brasil contemporâneo.

**Palavras-chave:** concessões; emissoras de rádio e televisão; Ministério das Comunicações; Assembléia Nacional Constituinte

## Introdução

Na condição de coordenador, ao longo de mais de quatro anos (entre 1996 e 2000), da equipe responsável pela elaboração dos verbetes biográficos da segunda edição do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)<sup>1</sup> - projeto desenvolvido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de

\* Este texto é uma versão modificada de comunicação apresentada no XIX Simpósio Nacional da ANPUH, realizado em Belo Horizonte, em julho de 1997.

\*\* Doutor em história social pela Universidade Federal Fluminense; pesquisador pleno do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV. Agradeço a colaboração do auxiliar de pesquisa Marcelo Costa da Silva, responsável pelo levantamento das fontes jornalísticas e pela montagem da relação de parlamentares envolvidos com a mídia.

<sup>1</sup> A obra, lançada em setembro de 2001, está organizada em cinco volumes. Seus 6.626 verbetes biográficos e temáticos, distribuídos em mais de 6.200 páginas, foram selecionados com base em critérios essencialmente objetivos, tendo como preocupação prioritária dar conta da história política brasileira desde a Revolução de 1930 até o término do primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso.

História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas - acompanhei de perto a redação das biografias de cerca de três mil membros da chamada elite política, a qual inclui um contingente muito elevado de deputados federais, senadores, governadores, ministros de Estado etc. O contato estreito com a produção da equipe por mim coordenada - aliado ao acesso direto ao processo de redação dos chamados verbetes temáticos, entre os quais o da própria Assembléia Nacional Constituinte - colocou-me numa posição privilegiada em relação à abordagem de questões de inegável relevância da cena política contemporânea brasileira.

Cabe, pois, deixar claro, que foi exatamente essa minha recente experiência profissional que me forneceu as condições essenciais para a redação do presente artigo, permitindo-me articular uma significativa quantidade de informações, resultado de exaustivos levantamentos bibliográficos empreendidos pelos autores dos verbetes. Aí reside o porquê de um texto tão rico em dados apresentar um conjunto de referências bibliográficas bastante modesto.

\*\*\*

A Assembléia Nacional Constituinte (ANC) de 1987-1988 constituiu momento privilegiado para o exame das relações entre mídia e política, tendo como eixo a polêmica questão das concessões de canais de rádio e televisão. Um dos muitos temas que opuseram parlamentares progressistas e conservadores, a outorga das concessões contou com um ingrediente fundamental - a participação direta de Antônio Carlos Magalhães, titular do estratégico Ministério das Comunicações (Minicom) durante todo o governo do presidente José Sarney (1987-1991) -, tendo como pano de fundo a disputa pelo poder na Bahia.

A importância da mídia era formalmente reconhecida como elemento-chave da veiculação de plataformas eleitorais e programas de governo pelo menos desde julho de 1984, já na ante-sala da Nova República, quando o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e a dissidência do Partido Democrático Social, a Frente Liberal, firmaram acordo em torno da candidatura de Tancredo Neves, que constava de nove pontos, entre os quais a preferência pelo uso de meios de comunicação à utilização de comícios de campanha<sup>2</sup>. As elites políticas deixavam assim clara a sua intenção de não

<sup>2</sup> O acordo previa também a realização de eleições diretas para o sucessor de Tancredo, mandato presidencial de quatro anos, direito da Frente Liberal de escolher o candidato a vice-presidente (cf. "SARNEY, José", verbete de autoria de Renato Lemos. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, 2ª edição revista e ampliada, coord. Alzira Alves de Abreu, Israel Beloch, Fernando Lattman-Weilman e Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão. Rio de Janeiro: Editora da FGV/CPDOC, 2001, v. V, p. 5.299, doravante *DHBB*). A coalizão entre as duas partes, batizada de Aliança Democrática, foi formalizada em 7 de agosto.

mais recorrer preferencialmente às grandes manifestações populares que marcaram a cena brasileira nos primeiros anos da década de 1980, na campanha das Diretas-Já. O palanque armado em praça pública cedia a vez ao chamado palanque eletrônico<sup>3</sup>.

Para que se tenha uma compreensão mais acurada do papel da mídia eletrônica na conjuntura política brasileira do final dos anos 1980, convém apresentar, de forma sucinta, a trajetória do setor de telecomunicações, ao qual estavam afetas as emissoras de rádio e TV, a partir dos anos 1960, período de profunda reestruturação institucional setorial<sup>4</sup>.

Implantados no Brasil sob o regime de concessões, os serviços de telecomunicação contaram, até o início da década, com a participação predominante de empresas privadas estrangeiras. O poder concedente encontrava-se dividido entre a União, os estados e os municípios, cabendo ao governo federal a competência para explorar diretamente ou mediante outorga os serviços telegráficos, de radiocomunicação e de telefones interestaduais e internacionais.

A precariedade das telecomunicações em todo o país e a má qualidade dos serviços prestados pelas operadoras estrangeiras suscitaram a intervenção estatal no setor. Em fevereiro de 1962, o governador Leonel Brizola encampou a divisão gaúcha da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da International Telephone Telegraph Company, provocando protestos da controladora e do governo norte-americano. No mês seguinte, o presidente João Goulart decretou a intervenção federal na Companhia Telefônica Brasileira, controlada pela Brazilian Traction Light and Power (conhecida por Light), evitando a encampação dos bens da empresa no estado da Guanabara, anunciada pelo governador Carlos Lacerda.

Sob o impacto desses acontecimentos, foi discutido no Congresso Nacional o projeto do Código Brasileiro de Telecomunicações. O debate mobilizou intensamente as partes interessadas. Naquele ano, o jornalista João Calmon - homem de confiança do empresário

<sup>3</sup> As relações entre mídia e política vêm sendo objeto de um número crescente de estudos desde a década de 1990. Entre outros trabalhos, podem ser citados *A imprensa faz e desfaz um presidente*, de Fernando Lattman-Weltman, Plínio de Abreu Ramos e José Alan Dias Cameiro, lançado em 1994 pela Editora Nova Fronteira e que analisa a participação da mídia na eleição para a presidência de Fernando Collor de Mello e no seu processo de impeachment, *Imprensa e poder: ligações perigosas*, de Emilliano José, Salvador/São Paulo: EDUFBA/Hucitec, 1996, e os artigos "Sentidos do passado: nação, tradição e história na campanha eletrônica para o plebiscito de 21 de abril de 1993", de Luís Felipe Miguel, publicado em *Comunicação & Política*, v. III, n.º 2, nova série, maio-agosto 1996, p. 127-144, "Coronelismo eletrônico: o governo Fernando Henrique e o novo capítulo de uma velha história", de Sylvio Costa e Jaime Brener, publicado em *Comunicação & Política*, v. IV, n.º 2, nova série, 1997, e "Um outro 'Quarto Poder': imprensa e compromisso político no Brasil", de Afonso de Albuquerque, publicado em *Contracampo: Revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação*, Niterói: Instituto de Arte e Comunicação Social, v. 4, janeiro de 2000, p. 23-58.

<sup>4</sup> As informações relativas à evolução institucional do setor de telecomunicações no Brasil foram retiradas dos verbetes "Embratel" (*DHBB*, v. II, p. 1991-1994) e "Telebrás" (*DHBB*, v. V, p. 5.715-5.724), ambos de autoria de Rejane Araújo e Paulo Brandi.

Assis Chateaubriand, proprietário dos Diários Associados, rede de jornais e emissoras de rádio e televisão com presença em todo o país - comandou uma campanha que resultou na derrubada dos vetos opostos pelo governo do presidente João Goulart ao projeto<sup>5</sup>. Em agosto, o projeto foi aprovado, definindo, pela primeira vez, as linhas-mestras de uma política nacional de telecomunicações e consignando uma série de medidas dirigidas à reversão do quadro de estrangulamento vigente no setor. Atendendo às determinações do Código Brasileiro de Telecomunicações, foi criada em 1965 a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), a qual, tendo por finalidade precípua a implantação de uma rede básica de telecomunicações, marcou a entrada do Estado na esfera da prestação de serviços de telecomunicações.

A Constituição baixada em 1967 pelo regime militar, de cunho autoritário e centralizador, promoveu outra importante medida, ao transferir o poder concedente dos serviços de telecomunicações dos estados para a União. Nesse mesmo ano, a reforma administrativa criou o Ministério das Comunicações (Minicom). Em 1972, foi criada a Telecomunicações Brasileiras S. A. (Telebrás), empresa pública federal responsável pela coordenação dos serviços de telecomunicações em todo o território nacional. Os debates parlamentares que examinaram o projeto de lei de criação da nova empresa refletiram as resistências da parte das concessionárias estaduais e municipais e da própria Embratel, receosas de perder sua autonomia. Várias emendas foram apresentadas no sentido de reintroduzir a competência dos estados na exploração dos serviços, extinta pela Constituição de 1967, ou de reduzir os poderes da *holding* ou mesmo do Minicom. A maioria das emendas foi rejeitada pelo relator da Comissão e o projeto da Telebrás foi finalmente votado e aprovado em julho de 1972.

Ao longo da década de 1970, paralelamente ao fortaleci-

<sup>5</sup> Eleito em outubro deputado federal pelo Espírito Santo na legenda do Partido Social Democrático (PSD), Calmon, ao tomar posse na Câmara em fevereiro do ano seguinte, deixou a direção das rádios Tamoio e Tupi e da Televisão Tupi, uma vez que a legislação proibia que parlamentares fossem diretores ou empregados de empresa de rádio ou televisão. Permaneceu, no entanto, como um dos principais acionistas daquelas emissoras (cf. verbete "CALMON, João", de Márcia Quarti, *DHBB*, v. I, p. 942).

<sup>6</sup> A origem da Rede Globo remonta a decreto do presidente Juscelino Kubitschek, de 30 de dezembro de 1957, que outorgava à Rádio Globo S.A. a concessão de uma estação de rádio-televisão no Rio de Janeiro. A emissora contou a partir de 1962 com financiamento de cerca de seis milhões de dólares do grupo multinacional Time-Life. O acordo era irregular, uma vez que a Constituição de 1946 proibia grupos estrangeiros de auferirem lucro e interferirem na orientação de empresas de comunicação, e os recursos por ele previstos permitiram a construção do prédio no bairro carioca do Jardim Botânico e a aquisição do equipamento de última geração com que a TV Globo ingressou no mercado, dando-lhe vantagem significativa sobre as concorrentes (cf. "Rede Globo", de Alessandra Aldé, *DHBB*, v. IV, p. 4.918-4.924). A montagem da nova emissora foi o alvo principal das denúncias de João Calmon, em meados dos anos 1960, contra o ingresso de capitais estrangeiros na imprensa, no rádio e na televisão no Brasil (cf. CALMON, João" *op.cit.*).

mento das grandes redes nacionais de rádio e televisão (sobretudo a Rede Globo<sup>6</sup>), disseminou-se a prática da corrupção no fornecimento de tais concessões, geralmente conseguidas por razões político-partidárias ou por força do dinheiro. As concessões de emissoras de rádio AM e de TV eram de competência exclusiva da Presidência da República: o presidente assinava e o ministro das Comunicações referendava. Já as concessões de emissoras de rádio FM eram, por delegação do presidente, distribuídas pelo próprio Ministério das Comunicações.

Políticos e a mídia já estabeleciam relações de proximidade, mesmo levando-se em conta o precário funcionamento das instituições. Com o progressivo restabelecimento do jogo democrático observado no governo do general João Figueiredo (1979-1985), a discussão em torno das concessões ganhou alento. Preocupado com essa situação, em 1981 o deputado federal Hélio Duque (PMDB-PR) apresentou uma proposta de emenda constitucional contendo alterações ao Código Nacional de Telecomunicações, com o objetivo de assegurar ao Congresso o direito de ser ouvido na concessão de canais de rádio e televisão<sup>7</sup>.

Com o advento da Nova República, Antônio Carlos Magalhães foi escolhido pelo presidente eleito Tancredo Neves para ocupar a pasta das Comunicações<sup>8</sup>. Governador da Bahia por duas vezes (1971-1975 e 1979-1983), ambas por via indireta (vale dizer, com o beneplácito do regime militar), e presidente da Eletrobrás entre 1975 e 1978, por indicação do presidente da República à época, o general Ernesto Geisel, Magalhães amealhara em cerca de dez anos uma das maiores fortunas da Bahia<sup>9</sup>. Entre outros bens, era proprietário de jornais e emissoras de televisão. Empossado em 15 de março, no dia 19 assinou uma portaria determinando que as concessões de canais de rádio e televisão feitas a partir de outubro do ano anterior fossem revistas por uma comissão a ser criada para examinar caso

<sup>7</sup> Cf. "DUQUE, Hélio", de Rita Paula Soares, *DHBB*, v. II, p. 1.922.

<sup>8</sup> A indicação de Antônio Carlos Magalhães causou polêmica. Poucos dias antes da posse, políticos, jornalistas, artistas e cineastas participantes do Seminário Internacional de Legislação Cultural condenaram unanimemente a escolha do presidente eleito. Essa informação e as demais referentes à trajetória de Magalhães foram retiradas do verbete "MAGALHÃES, Antônio Carlos", de Renato Lemos, *DHBB*, v. III, p. 3.431-3.442.

<sup>9</sup> No dia 28 de abril de 1988, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou extensa matéria intitulada "O dossiê de Antônio Carlos Magalhães", transcrita do jornal oposicionista *Tribuna da Bahia* como informe publicitário. A reportagem arrolava numerosas acusações de corrupção levantadas contra ele, referentes às suas passagens pela administração pública, e tinha como ponto de partida a evolução de seu patrimônio pessoal entre o primeiro mandato na prefeitura de Salvador e o período na presidência da Eletrobrás. Segundo a reportagem, sua declaração patrimonial em 1967 registrava apenas a propriedade parcial de dois apartamentos em Salvador e dois automóveis de baixo valor. Daí em diante, observava o jornal, vivendo oficialmente dos rendimentos de seus cargos públicos e não tendo recebido herança ou prêmios lotéricos, ACM construiu um respeitável patrimônio, compreendendo, além do controle de veículos de comunicação, construtoras, empreendimentos imobiliários e imóveis em Salvador, Rio de Janeiro e Brasília e a participação acionária em empresas privadas e estatais.

por caso no prazo de dois meses. Entretanto, o consultor-geral da República, Darci Bessone, emitiu parecer considerando que o procedimento não tinha amparo legal<sup>10</sup>.

Mantido no cargo por José Sarney após a morte de Tancredo em abril de 1985, ACM sofreu a maior derrota política de sua carreira em novembro de 1986, quando o seu candidato ao governo da Bahia, Josafá Marinho, foi derrotado por Valdir Pires, do PMDB, por uma diferença de mais de 1,5 milhão de votos. No mesmo pleito, o PMDB elegeu os três senadores e 22 dos 41 deputados à Constituinte.

Em dezembro seguinte, ACM teria concluído, segundo o *Tribuna da Bahia*, nebulosa operação com o presidente das Organizações Globo. O ministro teria conseguido, para Marinho, a compra do controle acionário da NEC, empresa fornecedora de serviços e equipamentos de telecomunicações então controlada pelo empresário Mário Garnero<sup>11</sup>. Mediante a suspensão de todos os pagamentos atrasados e de novas encomendas à NEC, o ministro teria pressionado Garnero, que estava em dificuldades financeiras, a realizar o negócio em condições desfavoráveis. Roberto Marinho assumiu por US\$ 1 milhão a NEC, que logo recebeu da Telebrás US\$ 30 milhões correspondentes a créditos atrasados. Um mês depois, a programação da Rede Globo de Televisão na Bahia, transmitida há 18 anos pela TV Aratu - emissora cujos proprietários tinham ligações com o senador Luís Viana Filho, adversário político do ministro - foi transferida para a TV Bahia, de propriedade da família de ACM. Essa operação teria como objetivo retomar as posições na política baiana, tendo já em vista as eleições de 1990.

Em janeiro de 1987, cerca de 20 deputados federais baianos denunciaram a operação ao presidente José Sarney, pressionando-o em vão a afastar ACM da pasta das Comunicações. A denúncia se estendeu à política de distribuição de concessões de estações de rádio FM praticada pelo ministério, na qual o próprio Antônio Carlos Magalhães admitia que pudessem ter sido distribuídos alguns "benefícios" (um dos parlamentares citou quatro casos em que teriam sido

<sup>10</sup>As demais atribuições do Ministério das Comunicações - como a referente à informática, alvo de intensas discussões durante o governo Sarney - fogem ao escopo deste texto.

<sup>11</sup>A compra da NEC pelas Organizações Globo e a participação de ACM na operação daria origem a uma Comissão Parlamentar de Inquérito, cujos trabalhos foram concluídos em novembro de 1992. No parecer divulgado no dia 12, Antônio Carlos Magalhães foi considerado culpado por ter agido ilegalmente ao determinar a suspensão dos pagamentos de equipamentos encomendados pela Telebrás à NEC, ultrapassando os limites de sua autoridade, os preceitos da lei e os termos contratuais. O relatório não citou em sua primeira versão o jornalista Roberto Marinho, considerando regular a compra da NEC a Garnero. Entretanto, a versão efetivamente aprovada no dia 18 foi depurada dos trechos que condenavam ACM. Seus adversários atribuíram esse resultado a um acordo feito com o grupo do PMDB liderado pelo ex-governador de São Paulo Orestes Quécia, acusado de ter conduzido irregularmente o processo de privatização da Viação Aérea de São Paulo (VASP), igualmente objeto de uma CPI na Câmara dos Deputados. Pelo suposto acerto, os dois grupos teriam agido nas CPIs no sentido de impedir que seus líderes fossem punidos.

beneficiadas pessoas do círculo pessoal do ministro). Ainda em janeiro, com a aproximação da abertura dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte marcada para 1<sup>o</sup> de fevereiro, ACM declarou que defenderia a manutenção do sistema de concessões vigente para a exploração comercial de emissoras de rádio e TV, que entre outros pontos previa o prazo de dez anos de validade para emissoras de rádio e 15 para as de TV.

A Assembléia Nacional Constituinte, cuja convocação foi resultante do compromisso assumido pelas forças políticas que chegaram ao poder em 1985, reuniu 559 parlamentares, entre deputados e senadores, eleitos em novembro do ano anterior<sup>12</sup>. Desse total, mais de 20% mantinham ligações com os meios de comunicação. Esses parlamentares podem ser classificados, de acordo com Célia Stadnik<sup>13</sup>, em dois tipos: a) aqueles que tinham *interesse pessoal*, i.e., os diretamente envolvidos com empresas jornalísticas, emissoras de rádio e TV, na qualidade de sócios ou cotistas, ou os que mantinham ligações diretas (parentes ou familiares) com proprietários, acionistas ou cotistas; e b) aqueles que tinham *outros vínculos*, i.e., os profissionais que se tornaram publicamente conhecidos devido à presença nos meios de comunicação de massa, daí resultando pelo menos o início de sua trajetória política.

Os parlamentares passíveis de classificação no segundo tipo foram aqueles que receberam, exatamente por sua grande exposição na mídia, votações mais expressivas no pleito de novembro de 1986<sup>14</sup>. Foi esse o caso, entre outros, de Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), apresentador de programas jornalísticos e populares e comentarista de questões relativas a imposto de renda e previdência social na TV Record, eleito com mais de 115 mil votos, o segundo mais votado da legenda; Roberto D'Ávila (PDT-RJ), apresentador dos programas *Abertura*, da TV Tupi, de 1979 a 1980, *Canal Livre*, da TV Bandeirantes,

<sup>12</sup> Os 559 constituintes distribuíam-se por 13 partidos, mas apenas dois concentravam quase 80% do total, exatamente as agremiações, que, ainda juntas na Aliança Democrática, constituíam a base de sustentação governamental: o PMDB, com 303, e o Partido da Frente Liberal (PFL), com 135 parlamentares. Ao longo do processo constituinte, alguns políticos abriram mão do mandato para assumir cargos nas administrações estaduais e federal, e uma significativa parcela mudou de legenda, com destaque especial para a criação, em julho de 1988, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), uma dissidência peemedebista. Essas informações e todas as demais referentes à organização e ao funcionamento da ANC foram retiradas do verbete "Assembléia Nacional Constituinte de 1987-1988, de André Magalhães Nogueira, *DHBB*, v. I, p. 382-389.

<sup>13</sup> No texto "A hipótese do 'coronelismo eletrônico' e as ligações dos parlamentares federais e governadores com os meios de comunicação de massa no Brasil", a autora trabalha com o universo da legislatura 1991-1995, que inclui os deputados federais e senadores eleitos em outubro de 1990.

<sup>14</sup> As informações referentes aos parlamentares mencionados a seguir no texto foram retiradas dos respectivos verbetes do *DHBB*, aqui listados: "SÁ, Arnaldo Faria de", v. V, p. 5.157-5.158; "D'ÁVILA, Roberto", v. II, p. 1.801-1.802; "ROCHA, Fausto", v. V, p. 5.086; "COSTA, Hélio", v. II, p. 1.662-1.663; "MAGALHÃES, Ângelo", "JEFFERSON, Roberto", "TEIXEIRA, França", "MARTQUES, Paulo", v. III, p. 3.602; "BRITO, Antônio", v. I, p. 820-823; "RIBEIRO, Mendes", "FURTADO, Rita", v. II, p. 2.446-2.447; "PERES, Gérson", v. IV, p. 4.567-4.568; "GÓIS, Joaci", v. III, p. 2.553; "GOMES, Aival", v. III, p. 2.559-2.560; "HAUACHE, Sadie", v. III, p. 2.738-2.739.

de 1980 a 1983, e *Conexão Internacional*, na rede Manchete, que foi ao ar ainda durante os anos 1980, e que se notabilizou por entrevistas com exilados brasileiros no exterior; Fausto Rocha (PFL-SP), jornalista, radialista, apresentador de programas populares e de noticiários no Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), eleito com mais de 90.850 votos, sendo o deputado federal mais votado da coligação PFL/PDS; Hélio Costa (PMDB-MG), correspondente e chefe da sucursal da Rede Globo de Televisão nos Estados Unidos e, posteriormente, jornalista no programa dominical *Fantástico*; Roberto Jefferson (PTB-RJ), deputado federal mais votado na legenda (cerca de 84 mil votos), ganhou popularidade por sua participação em programas populares, *Aqui e Agora*, da TV Tupi, e *O Povo na TV*, da TVS; França Teixeira (PMDB-BA), locutor esportivo, que transmitiu as Copas do Mundo de Futebol de 1970, 1974, 1978 e 1982, foi o terceiro mais votado da legenda e o quinto de todo o estado, com cerca de 61.000 votos; e Paulo Marques (PFL-PE), radialista, cuja campanha foi favorecida pela audiência do seu programa diário na TV Tropical, pertencente ao governo de Pernambuco.

No Rio Grande do Sul, os nomes que mais se destacaram foram os de Antônio Brito e Mendes Ribeiro, ambos eleitos pelo PMDB. Antônio Brito ganhou popularidade em todo o país a partir da doença de Tancredo Neves, tendo durante todo o período aparecido diante das câmeras de televisão para informar a todo o país os boletins médicos que noticiavam o estado de saúde do presidente eleito. Em setembro deste ano, lançou *Assim morreu Tancredo*, resultado de 23 horas de depoimentos seus ao jornalista Luís Cláudio Cunha, nos quais relatava sua vivência nos 38 dias de doença do presidente eleito. Eleito com o apoio da Rede Brasil Sul com mais de 305 mil votos, foi o segundo mais votado do partido e do estado. Sua votação, contudo, foi inferior à de Mendes Ribeiro, que obteve cerca de 315 mil votos. Jornalista, apresentou por duas décadas programas diários em emissoras de rádio e televisão do estado.

Os demais congressistas eleitos faziam parte do primeiro grupo, e eram, em sua maioria, políticos de pouca ou nenhuma expressão nacional. Típicos representantes do chamado "baixo clero", expressão cunhada nos anos 1990, detinham concessões de emissoras de rádio e/ou televisão no interior dos estados ou nas capitais dos estados menores. As trajetórias individuais de alguns desses parlamentares ilustram de forma exemplar as articulações entre mídia e política. A de Rita Furtado é, sem dúvida bastante reveladora. Superintendente da Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás) na região amazônica desde 1976, seis anos depois deixou o cargo para se eleger deputada federal por Rondônia, na legenda do Partido da Frente Liberal, garantindo um assento na Constituinte em novembro de 1986. Vale informar que seu marido, Rômulo Vilar Furtado, foi



secretário-geral do Ministério das Comunicações durante toda a gestão de ACM. Já Gérson Peres (PDS-PA), que cumpriu o seu segundo mandato na legislatura 1987-1991, iniciou a prática, na campanha eleitoral de 1982, de distribuir receptores de rádio que sintonizavam apenas uma emissora, a de sua propriedade.

A discussão sobre a política de concessões de canais de rádio e televisão foi travada na Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, a segunda subcomissão da oitava comissão da Constituinte - a da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação<sup>15</sup>. A subcomissão - composta por 18 membros titulares, de perfil predominantemente conservador - era presidida por Arolde de Oliveira (PFL-RJ), tendo como 1º vice-presidente Onofre Correa (PMDB-MA) e 2º vice-presidente José Carlos Martínez (PMDB-PR), proprietário de emissoras de rádio e TV em seu estado. Entre seus integrantes encontravam-se dois deputados baianos, que atuavam em campos opostos na política estadual: Ângelo Magalhães (PFL), irmão de Antônio Carlos, e Joaci Góes (PMDB), proprietário do jornal anti-ACM *Tribuna da Bahia* e quotista da TV Aratu. A relatora era Cristina Tavares, da ala esquerda do PMDB pernambucano. A subcomissão contava ainda com a participação de Fausto Rocha, Paulo Marques, Mendes Ribeiro e Rita Furtado, todos eles, conforme foi visto, envolvidos com a mídia. Entre os 18 suplentes, alinhavam-se Antônio Brito, Hélio Costa, Roberto D'Ávila, o jornalista e radialista Acival Gomes (PMDB-SE), a empresária Sadie Hauache (PFL-AM), proprietária da TV Ajuricaba de Manaus entre 1969 e 1985, e mais dois adversários da política baiana: o senador Luís Viana Filho (PMDB-BA) e Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), filho de Antônio Carlos.

O anteprojeto apresentado por Cristina Tavares, visando a democratização do sistema de concessões, previa a transferência para o Congresso Nacional da autoridade para a outorga de concessões e a criação de Conselho Nacional de Comunicação, integrado por representantes dos poderes Executivo e Legislativo e da sociedade civil, que regulamentaria a atuação dos meios de comunicação, julgando inclusive os pedidos de concessão de canais de rádio e televisão. Refletindo o predomínio das posições conservadoras, o anteprojeto foi rejeitado no interior da própria subcomissão

<sup>15</sup> O corpo constituinte, excluídos os membros da Mesa, foi dividido em oito comissões temáticas e uma Comissão de Sistematização, respeitando-se no interior de cada uma delas o peso dos partidos. Uma vez instalada, cada comissão dividiu-se em três subcomissões, iniciando-se nesse nível descentralizado o debate da matéria constitucional. Cada subcomissão, após elaborar seu anteprojeto, juntou-se às outras duas convízinhas na comissão temática ascendente, para a feitura de novo anteprojeto. Os textos das oito comissões foram enviados à Comissão de Sistematização, a fim de que fossem compatibilizados em um único projeto constitucional. Este projeto seria então enviado ao plenário da Constituinte, para votação em dois turnos. As 24 subcomissões funcionaram de 7 de abril a 25 de maio de 1987. Em conformidade com as preferências dos parlamentares, a composição de cada uma variou entre o mínimo de 14 integrantes - Questão Urbana e Transporte - e o máximo de 26 - Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos.

Convidado, no início de junho, para falar sobre a política do seu ministério na Comissão da Família, Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Comunicação, Antônio Carlos Magalhães propiciou uma das mais longas sessões registradas nos anais da Constituinte, com quase cinco horas de debate. Negando as acusações de distribuição de concessões de canais de rádio e televisão em troca de apoio às teses do mandato de cinco anos para o presidente Sarney e da manutenção do presidencialismo - duas questões candentes em debate na ANC<sup>16</sup> -, manifestou-se radicalmente contra a criação do conselho previsto no anteprojeto de Cristina Tavares, embora tenha admitido a passagem de competência decisória para o Congresso.

Artur da Távola, relator da Comissão da Família, Educação e Cultura da ANC, à qual a subcomissão acima estava ligada, declarou que insistiria para que a política de concessões tivesse decisão *ad referendum* do Congresso Nacional, afirmando que o seu substitutivo colocaria novamente em discussão a criação de um conselho composto por entidades educativas, comunitárias, culturais, sindicais e pelos poderes Executivo e Legislativo, com a missão de arbitrar as novas concessões. Seu relatório seria "progressista", não se deixando influenciar por *lobbies*. Durante o depoimento de ACM, Artur da Távola pediu ao ministro que suspendesse a política de concessões enquanto a Constituinte estivesse deliberando sobre o assunto. Na mesma sessão, Magalhães foi acusado por Joaci Góes de ter oferecido um canal de TV ao deputado Onofre Correia para este votar contra a criação do conselho.

Paralelamente, ACM tornava-se um verdadeiro superministro de Sarney, constituindo-se num dos principais artífices da política de aproximação do governo com o Centrão, bloco suprapartidário de orientação conservadora que virtualmente anulou as iniciativas da minoria de esquerda na ANC. Esse movimento foi decidido depois que o presidente, disputando poder com a liderança peemedebista, optou pelo confronto, ao ver aprovado, pela Comissão de Sistematização, o sistema parlamentar de governo e o mandato presidencial de quatro anos. Ao fortalecer as lideranças do emergente Centrão, o governo utilizava os recursos políticos disponíveis - cargos, verbas e também as concessões de rádio e TV - ora como fator de aliciamento, ora como fonte de pressão, que se revelaram de fundamental importância para atrair para as suas posições ponderável parcela do plenário.

Em agosto de 1987, as denúncias contra a gestão de ACM deram origem à instalação, no Senado, de uma CPI sobre concessões de rádio e televisão. Convocado para prestar esclarecimentos sobre a

<sup>16</sup> Alguns meses depois, ACM revelaria, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, que, quando acontecia empate técnico entre candidatos a concessões de canais de rádio e televisão, optava por aquele que apoiasse o governo.

ação do Minicom, Magalhães acusou vários parlamentares de assumirem atitude hipócrita por pleitearem canais de rádio e televisão e, ao mesmo tempo, criticarem os critérios usados pelo governo para concedê-los. Entre os políticos acusados encontravam-se os senadores Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB, e Carlos Chiarelli (PFL-RS), relator da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado sobre corrupção no governo federal. A CPI concluiria seus trabalhos um ano depois. O seu relatório final, de apenas uma página, considerava autoritário e ilegítimo o sistema que regulava as concessões de rádio e TV, responsabilizando-o pela ocorrência de práticas condenáveis. Ainda assim, o relator Wilson Martins (PMDB-MS) pedia a extinção da CPI, sob a justificativa de que os depoimentos colhidos não continham qualquer denúncia de irregularidades contra o ministério. Mais uma vez, as concessões de rádio e televisão teriam sido utilizadas como instrumento de pressão para fins políticos. Marcondes Gadelha (PFL-PB), presidente da CPI até junho de 1988, foi acusado por seu adversário, Humberto Lucena (PMDB-PB), de ter recebido um canal de TV em João Pessoa, a TV Tambaú.

Ao longo de 1988, ACM admitiu ter assinado cerca de 450 processos de outorga e renovação de concessões de emissoras de rádio e televisão. O governo estaria preocupado em acelerar a tramitação dos processos para que estes fossem concluídos antes da promulgação da Constituição, já que, a partir de então, entraria em vigor uma nova prática: as concessões teriam de ser necessariamente aprovadas pelo Congresso. De março de 1985 ao início de outubro de 1988, o governo outorgou, via Minicom, 858 concessões de emissoras de rádio e televisão, sob a justificativa de que a expansão daqueles serviços proporcionaria grandes benefícios para a economia e a sociedade brasileiras, representando importante fator de integração nacional e garantindo o acesso da população ao entretenimento, à informação e à cultura.

Segundo levantamento da *Folha de S. Paulo*, cerca de 10% dessas outorgas foram feitas a políticos baianos, correligionários de Antônio Carlos Magalhães. De acordo com o jornal paulista, "boa parte deste grupo disputa hoje [15/11/1988] nas umas um mandato de prefeito nos municípios do interior do Estado, e outro tanto, já está no comando de prefeituras. Ex-secretários de Estado de ACM e deputados também se tornaram concessionários"<sup>17</sup>.

A estratégia montada pelo ministro rendeu frutos já nesse pleito, de âmbito municipal e confirmou sua eficácia em outubro de 1990, quando, contando com o apoio de cerca de dois terços dos 415 prefeitos baianos, o próprio Antônio Carlos tornou a ocupar o

<sup>17</sup> *Folha de S. Paulo*, 15/11/1988, p. A-6.

Executivo baiano, pela primeira vez pelo voto direto, derrotando por ampla margem de votos o candidato situacionista, Roberto Santos.

Pode-se afirmar, destarte, com bastante convicção, que a longa permanência de ACM à testa do Ministério das Comunicações e a recorrente utilização do poder que o cargo lhe conferia foram de fundamental importância para a consolidação de sua trajetória política e sua projeção nacional. Nos anos 1990, o político baiano ganharia uma proeminência cada vez mais destacada na cena brasileira, tornando-se o principal garante de Fernando Henrique Cardoso na eleição presidencial de 1994 e na reeleição, em 1998.